

PROVIMENTO DE PROTEÇÃO AO ESPAÇO HUMANITÁRIO: LIÇÕES APRENDIDAS DURANTE OS CONFLITOS ARMADOS NA MINUSCA

LUIZ CLÁUDIO TALAVERA DE AZEREDO¹

RESUMO

Relato de experiência elaborado a partir da atuação como Chefe da Seção de Operações do Componente Militar no Setor Leste da Missão Integrada das Nações Unidas para estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) entre setembro de 2016 e setembro de 2017. O texto apresenta atividades desenvolvidas pelo contingente militar da missão para a proteção das organizações humanitárias atuantes na porção centro-leste do território centro-africano tendo como objetivo destacar as principais lições aprendidas advindas do provimento da proteção em pauta.

Palavras-chaves: República Centro-Africana. MINUSCA. Espaço Humanitário. Proteção.

ABSTRACT

Experience report elaborated from the performance as Chief of Military Operations Section in the Eastern Sector of the United Nations Integrated Mission for stabilization of the Central African Republic (MINUSCA) between September 2016 and September 2017. The text presents activities carried out by the military contingent for protect humanitarian organizations operating in the central-eastern portion of Central African territory, with the aim of highligh the main lessons learned arosed by the protection provided for humanitarian organizations on the ground.

Keywords: Central African Republic. MINUSCA. Humanitarian Space. Protection.

1. Coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro. Bacharel e Pós Graduado *Latu Sensu* em Ciências Militares respectivamente pela Academia Militar das Agulhas Negras e pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Pós Graduado *Strictu Sensu* em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Bacharel em Direito pelo Centro de Estudos Superiores dos Campos Gerais. E-mail: talavera.azeredo@eb.mil.br.

INTRODUÇÃO

A denominação “missão de paz” pode gerar em algumas pessoas uma ideia do desenvolvimento de atividades harmoniosas em ambientes pacíficos com muita calma e serenidade. No entanto, a realidade é diametralmente oposta. Por convenção internacional, o termo abrange atividades desenvolvidas no contexto de conflitos armados, durante ou após seu desenvolvimento, visando à imposição ou manutenção da paz, implicando o desdobramento de civis, policiais e tropas militares em um universo de alto risco na busca do objetivo proposto.

As missões de paz, em geral, são instituídas sob a égide de algum organismo internacional, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) ou a União Africana, sendo as estabelecidas pela Organizada das Nações Unidas (ONU) mais conhecidas. Na busca de suas atribuições, ao longo da história e por diversas vezes, militares, policiais e civis desdobrados em missões de paz, enfrentaram verdadeiras guerras, em diferentes lugares do mundo, por vezes mediando dois partidos beligerantes ou mesmo sendo atacados e/ou atacando para assegurar a proteção de civis ou de organizações humanitárias de acordo com seus mandatos.

Este texto apresenta parte dos aprendizados colhidos no decorrer de meu turno de serviço de 1 ano, entre setembro de 2016 e setembro de 2017, como Chefe da Seção de Operações do Setor Leste da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA no acrônimo em francês). O trabalho visa apresentar as lições aprendidas na proteção das atividades das organizações humanitárias atuantes na porção centro-leste do território centro-africano. Na busca de tal finalidade o texto está estruturado por meio da presente introdução e de um Desenvolvimento parte na qual serão apresentados o país e seu conflito interno, a MINUSCA, o trabalho humanitário no citado recorte territorial e as ações realizadas pelo componente militar da MINUSCA para proteção das ações assistenciais em pauta. Finalmente, o trabalho apresenta sua Conclusão destacando as principais lições aprendidas no contexto em pauta, acreditando serem úteis em cenários nos quais trabalhos humanitários em desenvolvimento necessitam de proteção pelo fato de serem realizados em região abalada por conflito armado.

1. A REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA E SEU CONFLITO INTERNO

Bem definida pela sua denominação oficial, a República Centro-Africana (RCA) situa-se no centro do continente Africano, ligeiramente ao Norte da linha do Equador. O país, que possui como línguas oficiais o Sangho (idioma local) e o francês (herança da colonização) possui considerável área territorial (cerca de 622.0000 Km quadrados - maior que o Estado brasileiro de Minas Gerais ou que a França, por exemplo) sendo, no entanto, escassamente povoado com população total estimada em cerca de 5.990.000 em 2020 (UNITED STATES OF AMERICA, 2020).

Situada na África Subsaariana, a RCA está inserida em um complexo contexto regional tendo como países vizinhos Camarões, Chade, Sudão, Sudão do Sul, República Democrática do Congo e o Congo.



Figura 1 - Mapa da África - Ao centro, a República Centro-Africana.
Fonte : DOMÍNIO PÚBLICO (2020)

Nação de um povo humilde e simpático, a RCA, infelizmente, pode ser identificada como um exemplo perfeito da definição de Estado falido. Pela sua debilidade, o aparato estatal tem

dificuldades em se materializar mesmo na própria capital do país, sendo conseqüentemente ausente na grande maioria de seu território.

Constantemente classificada como um dos países menos desenvolvidos do mundo, ao visitar-se a RCA constata-se a pobreza crônica e o baixíssimo nível de desenvolvimento social que a caracterizam. O contexto de carência generalizada identificado “in loco” é refletido nos índices e indicadores econômicos ou sociais disponíveis sobre o país, em regra defasados e com precisão questionável, sendo invariavelmente produzidos por órgãos e instituições internacionais. Nem mesmo indicadores básicos e minimamente confiáveis sobre seu próprio país o Estado centro-africano consegue gerar.

Uma percepção geral sobre a incipiente economia da RCA auxilia na compreensão da sua falência. Historicamente baseada no setor primário, na inexistência do setor secundário e em um inexpressivo setor terciário, a economia da RCA não se estruturou ao longo da história do país. O Produto Interno Bruto é um dos menores do mundo, não tendo alcançado a cifra de 2 bilhões de dólares no ano de 2016, segundo o Banco Mundial. Ainda que atualmente embargada pela ONU, a exploração mineral (principalmente de ouro e de diamantes), a exploração de madeira e a cultura de algodão são as principais atividades econômicas do país, confirmando sua característica de fornecedor de produtos primários não verticalizados.

Urânio e petróleo são minerais estratégicos existentes no território centro-africano. No entanto, de exploração relativamente recente e intermitente devido aos conflitos do país, não gerando até o momento uma receita regular aos cofres públicos. Grande parte do povo centro-africano costuma definir seu país como um território rico em recursos que foram constantemente pilhados durante a história da RCA, por estrangeiros ou por governantes corruptos, sendo tal discurso correto em grande parte, fator de afirmação da identidade nacional e também de alguma coesão social.

Todo esse contexto acarreta um imenso quadro de pobreza e exclusão da população do país. O último Relatório de Desenvolvimento Humano divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revela que o IDH da República Centro-Africana era 0,352 o que colocava o país como sendo o de pior nível de desenvolvimento humano no mundo.

Mesmo sendo um país sem acesso ao mar, a geografia não foi causa determinante do não desenvolvimento do Estado/nação centro-africano. Situado na mesma latitude média que os estados brasileiros do Amapá e de Roraima, o território da RCA evidencia diversas semelhanças com aspectos fisiográficos existentes no Brasil, notadamente com relação ao

clima e à vegetação.

Na superfície centro-africana verificam-se basicamente três diferentes zonas climáticas. A porção Nordeste do país situa-se na franja da área de transição entre a savana africana e o deserto do Saara. A área caracteriza-se pelo clima seco com predominância da vegetação de estepe africana, o que torna toda a região muito similar ao semiárido do Nordeste brasileiro, com solo arenoso, ventos quentes e paisagem vegetal rala e ressecada. A savana africana domina grande parte do território centro-africano (cerca de 80% do país), área na qual vigora o clima tropical. A região é extremamente similar ao cerrado brasileiro, com duas estações bem definidas (seca, de novembro a maio, e de chuvas no restante do ano), vegetação de porte médio e o característico solo avermelhado. A semelhança com o cerrado é tamanha que a paisagem geral da maior parte da RCA se torna familiar aos conhecedores do mencionado bioma no Brasil.

Finalmente quanto à temperatura e vegetação, no extremo Sul do país no Vale do Rio Oubangui e, principalmente, na porção Sudoeste do país (o “bico do papagaio” centro-africano), verifica-se a incidência do clima equatorial e a existência da floresta equatorial africana que, na RCA, é muito similar à mata atlântica brasileira.

Com relação aos aspectos humanos da geografia, inicialmente destaca-se que a RCA é cortada pela “fronteira” entre a África muçulmana e a África cristã na porção Nordeste de seu território. No entanto, contrariamente ao difundido de maneira equivocada por algumas fontes, esta característica não gera problemas por si só no âmbito da população. Da mesma maneira, a secular convivência das mais de 80 etnias identificadas no país por especialistas comprova a não existência de “ódios étnicos” genuínos no seio da população centro-africana.

Diferentemente da geografia, no âmbito da história podem ser identificadas diferentes causas do baixo nível de desenvolvimento existente no território do Estado centro-africano. País jovem, a República Centro-Africana obteve sua independência junto à França em 1960 no contexto das independências negociadas na África Equatorial Francesa.

O território do país permaneceu particularmente inexplorado até a segunda metade do século XIX, tendo sido paulatinamente ocupado a partir de 1889 quando a capital do país, a cidade de Bangui, foi fundada como um posto militar francês.

O estabelecimento de Bangui foi o ponto de partida para a ocupação efetiva do território da RCA, obviamente considerado estratégico por sua posição central no continente africano. No entanto, sua ocupação foi relegada ao segundo plano pela França após o Incidente de Fachoda, em 1896, quando o choque de interesses e quase conflito bélico com os ingleses frustrou as pretensões francesas de unir as costas ocidental e oriental da África.

A partir de então, a França arrendou praticamente todo o interior da país a empresas privadas que somente exploraram os recursos disponíveis não havendo qualquer ação para o desenvolvimento da sociedade centro-africana, sendo a própria formação institucional do Estado centro-africano conduzida por atores externos.

A evolução política que culminou com a independência do país passou pelo gradual aumento de autonomia da região Oeste da África central controlada pela França. Nesse processo, destacou -se, inicialmente, a incorporação da área da colônia do Oubangui-Chari (antiga denominação da RCA) à África Equatorial Francesa, federação das colônias francesas na porção centro ocidental do referido continente abrangida pela atual superfície dos seguintes países: Gabão, Congo, República Centro-Africana e Chade. Ao longo do século XX, representantes da região passaram a ser aceitos na Assembleia Nacional da França, fato que, paulatinamente, colaborou com as independências dos mencionados países, todas proclamadas na mesma semana do ano de 1960 de forma consentida pela França.

O contexto histórico de formação da República Centro-Africana, desprovido de ações para o desenvolvimento educacional da população e para a formação de lideranças locais, culminou com a inexistência de quadros capazes de gerir o país quando do início de sua existência soberana, a partir da posse David Zacko, primeiro presidente do país empossado na solenidade de declaração da independência. A partir de então, uma triste sucessão de Golpes e contra golpes marcaram a história da RCA.

A turbulência política na RCA, perdura até os dias de hoje, em que pese as dezenas de arranjos engendrados para tentar estabilizar o país. Há autores que chamam a RCA de campeã mundial de missões de paz face ao elevado número de planos, escritórios, missões, já estabelecidos, embora nenhuma dessas iniciativas tenha se aproximado da envergadura da atual missão da ONU estabelecida no país.

Em resumo, os governos e poucas instituições do país, desde sua independência, ainda não foram capazes de representar todos os segmentos da população centro-africana, fato gerador dos sucessivos golpes de Estado e da constante instabilidade política que também caracterizam o país. A ausência de representatividade confere um tênue caráter de legitimidade a alguns grupos armados que ocupam o vácuo de poder deixado pelo Estado em grandes porções do território do país, aliando-se, dividindo-se e lutando entre si, causas dos confrontos armados que há anos assolam a RCA.

O atual conflito do país sintetiza a curta história da RCA. Iniciado no ano de 2013 pela sublevação da população do nordeste do país, majoritariamente muçulmana, insatisfeita com

os anos de abandono da referida região e com a falta de representatividade no governo e em outras instituições nacionais. Os grupos armados existentes na área em questão se uniram sob uma aliança denominada de Seleka (que significa aliança em Sangho) e marcharam até a capital Bangui onde depuseram o Presidente da República, François Bozizé, e empossaram seu dirigente máximo, Michel Djotodia no referido cargo.

O novo governo, além de não melhorar a situação geral do país, foi complacente com diversos abusos e crimes cometidos pelos grupos armados Seleka, notadamente contra a população cristã e animista que, para se defender, cria diversos grupos de autodefesa denominados de Antibalaka (anti facção em Sangho).

Em dezembro de 2013 a espiral de violência atinge seu pico, ocasionando a “batalha de Bangui”. Barbáries atraem a atenção da comunidade internacional, tendo a ONU avalizado uma intervenção militar da França na RCA.

Neste contexto surgiu a MINUSCA, estabelecida pela ONU em 2014 para estabilizar o país abordada de maneira pormenorizada na próxima seção do texto. Os êxitos iniciais da missão da estabilização relativa do país e da realização de eleições democráticas foram eclipsados por uma onda de violência com diversos conflitos nas partes leste e centro-sul do país a partir do final de 2016.

Por ainda não estarem totalmente contidos, os choques entre grupos armados geram fortes críticas à referida missão da ONU na imprensa doméstica e internacional, sendo, no entanto, injusto não reconhecer o trabalho da MINUSCA, especialmente na atual conjuntura internacional de diminuição do orçamento da ONU.

Em que pese os episódicos picos de violência, a maior crise na RCA é humanitária. A conjugação dos aspectos geográficos, históricos econômicos e políticos abordados gera uma triste resultante que desaloja considerável parte da população de seus lares na busca de condições de subsistência e impede o desenvolvimento econômico e social do país fazendo com que mais da metade da população da RCA necessite de algum auxílio para sobreviver.

Após essa breve apresentação da RCA, é natural a retenção somente de aspectos negativos sobre o país e sobre a MINUSCA, sendo útil uma breve reflexão comparativa para obter a perspectiva adequada do universo vivenciado na RCA. Exemplificando, destaca-se que há vários países no mundo que convivem com grupos/bandos armados que possuem grande poder e exercem decisiva influência em parte de seu território.

As dificuldades estruturais existentes como aeroportos sem pavimentação, estradas e pontes intransponíveis, incipiente rede de energia elétrica, com imagens facilmente encontradas na internet, também se reproduzem em vasto número de países sendo já conhecidas soluções

para tais óbices, algumas já implantadas na própria RCA. No caso específico da RCA, a logística terrestre ininterrupta da MINUSCA, mesmo na estação chuvosa, é um exemplo que de alguma forma corrobora a afirmação acima.

A cobertura essencialmente crítica da imprensa internacional e doméstica sobre o contexto do país deve ser entendida no cenário de natural exposição midiática e de interesses políticos distintos. No entanto, as dezenas de organizações humanitárias e organismos internacionais instalados no país tem conseguido evitar a desnutrição crônica e analistas internacionais acreditam que, em que pese o complexo quadro, há a real possibilidade da MINUSCA estabilizar o país.

Finalizando a apresentação da RCA é relevante abordar alguns “Mitos” comumente difundidos sobre o país e seu atual conflito. Quanto à alegação de lutas intermináveis por desavenças étnicas e religiosas, destaca-se que, apesar da RCA ser cortada no terço nordeste de seu território pela “fronteira” entre a África muçulmana e a África cristã, a coexistência das duas religiões no mesmo território não gera conflitos por si mesma no âmbito da população, exceto quando manipulada por grupos armados ou outros atores com interesses escusos, situação tristemente comum na curta história do país.

Outro mito quanto à geografia humana da RCA se refere ao mosaico étnico que compõe a população do país. Conforme o já abordado, não há ódios étnicos” genuínos no seio da população centro-africana. Testemunhei ambas as situações ao atuar funcionalmente em confrontações que se iniciaram entre facções do mesmo grupo armado Ex-Seleka, tendo uma das quais aliando-se posteriormente a grupos AntiBalaka alegando afinidades étnicas. Além disso, não há registros da presença de grupos terroristas na RCA ou ligação de grupos armados do país com o terrorismo internacional.

Todos essas observações ajudam na compreensão da perspectiva real da RCA, um país muito pobre e com pouquíssima estrutura institucional no qual grupos armados com agendas e interesses próprios, patrocinados ou não por atores externos, ocupam o vácuo de poder deixado pelo Estado controlando grandes partes do território e conseqüentemente subjugando a população ali residente.

2. MISSÃO INTEGRADA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA (MINUSCA)

As missões de paz da ONU são estabelecidas a partir da autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sendo concebidas para atender às peculiaridades da situação a ser pacificada ou estabilizada, por meio da atuação integrada de três componentes base: o componente civil, o componente policial e o componente militar.

O componente civil é o cérebro da missão. Majoritariamente mobiliado por funcionários da ONU, em síntese encarrega-se da parte política/substantiva, das relações institucionais, do orçamento, da logística base de toda a missão e da ligação com o Departamento de Operações de Paz (DPKO em inglês) sediado no quartel-general da ONU em Nova Iorque.

Os componentes militar e policial são os braços da missão, encarregados diretos das ações demandadas pelo componente civil para pacificação do conflito ou estabilização do país no qual a missão está estabelecida.



Figura 2 - Divisão de setores da MINUSCA
Fonte : UNITED NATIONS (2020)

Ambos os “contingentes fardados” possuem um Estado-Maior, multinacional, que recebe as demandas do componente civil e, após o planejamento e coordenação, emite as “Ordens de Operações” que geram as tarefas a serem executadas pelas tropas armadas - militares ou policiais (batalhões, companhias, etc) - cedidos para a ONU pelos “países contribuintes de tropa”.

A MINUSCA é uma das maiores missões da ONU atualmente desdobradas. A missão é composta por cerca de 14.000 integrantes e conta com participação de mais cinco dezenas de países. Possui os três componentes básicos já mencionados e uma significativa estrutura de apoio, inclusive com malha área e agenda de voos diários próprios.

O Quartel-General da MINUSCA encontra-se estabelecido na cidade de Bangui, capital do país, e além da ligação com o quartel-general da ONU, coordena os três setores nos quais o país foi dividido e que estruturam a missão: o Setor Oeste, com sede na cidade de Boar, o Setor Central com sede na cidade de Kaga Bandoro e o Setor Leste com sede na cidade de Bria. Todos os setores possuem sob sua responsabilidade distintos escritórios regionais que, em tese, abrigam os três componentes já referidos ou bases singulares em localidades identificadas como importantes para a consecução das atribuições da missão.

O componente militar da MINUSCA é comparável a uma Divisão de Exército, uma vez que em cada Setor da missão possui estrutura equivalente a uma Brigada. Comandada por um Oficial General, sendo composto por 3 Batalhões de Força de Paz (exceto o Setor Leste que conta apenas com 2 batalhões), uma Companhia de Engenharia, uma fração (Companhia ou Pelotão) de Comunicações e um Hospital de Campanha.

A cidade de Bangui, capital do país, constitui uma área territorial especial da MINUSCA e não está vinculada a nenhum Setor. Em decorrência, possui uma organização militar específica: a Força-Tarefa Conjunta de Bangui. A mencionada força-tarefa é integrada por dois Batalhões de Força de Paz do componente militar e oito tropas policiais de valor Companhia.

Há, ainda, outras unidades que completam o componente militar. 1 Batalhão de Força de Paz reserva do Comandante militar da missão (Force Commander), 2 contingentes de aviação de transporte (que operam helicópteros), 1 contingente de aviação de ataque (empregando também helicópteros), 01 Companhia de Engenharia, 01 Companhia de Forças Especiais, 01 Companhia de Ação Rápida e 01 Hospital de Campanha central, unidade de saúde de referência da missão.

Toda a estrutura da MINUSCA destina-se ao cumprimento do mandado imposto pelo Conselho de Segurança da ONU, amparado no capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

que tem como principais tarefas a proteção da população civil da RCA e apoiar a processo do estabelecimento do Estado Centro-Africano esfacelado desde a rebelião seleka em 2013.

Outra tarefa primordial do mandato da MINUSCA é a proteção das organizações humanitárias atuantes na RCA que realizam um trabalho excepcional, em ambiente de conflito armado altamente volátil, abordada nas próximas seções deste trabalho.

3. TRABALHO HUMANITÁRIO NA PORÇÃO CENTRO-LESTE DO TERRITÓRIO DA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

Em função de seu incipiente nível desenvolvimento no decorrer de sua história, a República Centro-Africana tradicionalmente sediou em seu território o trabalho de organizações humanitárias que ao longo dos anos têm atendido uma das populações mais vulneráveis do mundo.

O quadro em questão foi agravado pelo conflito armado interno iniciado no ano de 2013 que resultou no triste cenário no qual cerca de 50% da população do país necessita de algum apoio para sobreviver. Em decorrência, a presença de organizações humanitárias foi intensificada, bem como das agências da ONU dedicadas aos afazeres humanitários ou à coordenação de atividades assistenciais.

A total inoperância do Estado centro-africano determina a atuação de organizações humanitárias em todas as atividades nas quais se visualizam algum apoio às mais de duas milhões de pessoas que necessitam de algum suporte para sobreviver tais como gestão de hospitais, distribuição de alimentos, organização de campos de refugiados/ deslocados internos dentre outras atividades congêneres.

No âmbito da MINUSCA, destaca-se preliminarmente com relação ao trabalho humanitário que existem dois cargos de vice-representante do Secretário Geral das Nações Unidas (dirigente máximo da missão), um dos quais com a função específica de coordenar as atividades assistenciais no país, evidenciando a alta relevância das atividades humanitárias na RCA e na MINUSCA.

Em decorrência e em observância ao mandato da missão, é imposto ao componente militar da MINUSCA a busca do estabelecimento de condições para que as organizações humanitárias realizem seu trabalho, dentro de seus mandatos e políticas assistenciais próprios, em ambientes minimamente seguros e estáveis.

Na porção centro-leste do território centro-africano - área de responsabilidade do Setor

Leste da MINUSCA - a situação em pauta é intensificada pelo afastamento dos principais centros urbanos do país e pela pior situação sócio econômica no âmbito da RCA que, entre outros fatores, além de terem gerado o levante seleka, acabam por continuar ocasionando o maior número de combates entre grupo armados rivais no país.

Durante meu turno de serviço na MINUSCA, cerca de duas dezenas de confrontos ocorreram na região do país sob responsabilidade do Setor Leste impondo minha participação na coordenação das operações militares decorrentes dos conflitos. Tais situações, algumas das quais finalizadas em horas, outras com duração de dias inteiros, geraram ensinamentos quanto à necessária proteção dos trabalhos humanitários que serão abordados na seguinte seção do texto.

4. A PROTEÇÃO AO ESPAÇO HUMANITÁRIO NO SETOR LESTE DA MINUSCA

“Espaço humanitário” é uma expressão que encerra um conceito muito amplo. Respeitá-lo, em termos práticos, é deixar os atores humanitários conduzir isoladamente as interações nas quais os mesmos estejam envolvidos. É uma questão doutrinária e de segurança.

Infelizmente, há muitos exemplos ao longo da história e em várias partes do mundo onde trabalhadores e instituições humanitárias pagaram com suas vidas ou foram alvos de ataques covardes por interagir, mesmo que minimamente e em caso de real necessidade, com atores de alguma forma envolvidos no conflito em áreas conflagradas, ainda que alguns desses sejam imparciais e estejam respaldados pela comunidade internacional como, por exemplo, tropas da ONU.

Nesse contexto, é sempre útil relembrar a diferença entre neutralidade e imparcialidade. Em uma simples sentença e sem pretensão de simplificar conceitos, neutralidade refere-se à total inação, fora de suas atribuições assistenciais, para frear quaisquer atos de partes em conflito, não importa quais ações/atrocidades tenham sido realizadas. O mandato do hipotético ator humanitário em tela está ligado tão somente ao atendimento de saúde, por exemplo, e dentro desta baliza todas as pessoas serão atendidas.

Por outro lado, a imparcialidade está ligada ao fato de não se atuar deliberadamente contra nenhuma parte em conflito, abstendo-se de adotar qualquer partido na disputa. Tal característica não significa deixar de agir quando uma das partes em oposição realiza atos que devem ser repelidos segundo o Direito Internacional, como por exemplo, um ataque a

uma comunidade civil vulnerável, por qualquer que seja o motivo alegado.

A neutralidade é uma das grandes características das organizações humanitárias que, dentro de seus mandatos, atendem a todos os seres humanos nas regiões nas quais estão presentes, independentemente se minutos antes tais pessoas estavam, por exemplo, praticando alguma atrocidade.

Chanceladas pela comunidade internacional e atuando de maneira realmente imparcial, as tropas da ONU ou de qualquer outro organismo internacional envolvidas em missões de paz, veem-se por vezes, obrigadas a adotar duras medidas face a um dos atores envolvidos no conflito, recorrendo inclusive à abertura de fogo, no cumprimento de seus mandatos que sempre são estabelecidos para preservação da vida humana e para a busca da solução do conflito ora em pacificação.

No Setor Leste da MINUSCA, em virtude dos repetidos episódios confrontos armados já citados, vivenciei essa situação diversas vezes quando nossas tropas eram obrigadas a abrir fogo para proteger campos de deslocados, comunidades civis vulneráveis ou atores humanitários ameaçados por grupos armados confrontantes.

Nessa realidade, as rotinas corriqueiras de segurança de preservação do espaço humanitário, totalmente dissociadas das tropas da ONU, não foram capazes de impedir infelizes incidentes nos quais agentes e instalações humanitárias foram seriamente afetados.

Entre os tristes episódios ocorridos no Setor Leste durante meu período de desdobramento na MINUSCA, destacaram-se, tristemente, o caso de um bebê baleado nos braços da mãe dentro de um hospital na cidade de Zemio, a forte interferência no funcionamento dos hospitais regionais das cidades de Bangassou e de Bria e as constantes ameaças às bases das ONGs que estocavam gêneros destinados a serem distribuídos em ações assistenciais. Em todos esses casos, o “espaço humanitário” não foi respeitado por algum dos grupos armados que, a partir da ausência de forças militares nas proximidades, perpetraram atos absurdos, alguns dos quais crimes internacionais de guerra.

Para alterar o cenário e cumprir a missão de proteger adequadamente o espaço humanitário foi necessário um lento trabalho de unificação de planejamento, posto que as agências assistenciais e Organizações Não Governamentais (ONGs) presentes planejavam atividades de acordo com seus objetivos e estratégias para atingi-los, por óbvio de maneira totalmente independente, mas os recursos militares para protegê-los eram muito escassos.

A resultante inicial foi desgastante para todos os envolvidos porque éramos obrigados a “concentrar” atividades humanitárias para protegê-las adequadamente., interferindo no seu livre desenvolvimento. Em decorrência, as reuniões regulares de coordenação civil-militar,

geralmente semanais, passaram a ser muito mais frequentes e tensas pelas discussões das ações que seriam atendidas, concentradas ou, eventualmente, cortadas.



Figura 3 - Reunião de Coordenação Civil Militar
Fonte : acervo do autor

Tal equação não é novidade nos estudos de defesa e segurança. Ao contrário, a “balança” entre segurança e funcionalidade/liberdade de ação é um pressuposto conceitual bastante conhecido. No entanto, administrar o mencionado conceito em situações de conflito armado com muitas vidas em risco iminente, dentro de um contexto de enorme vulnerabilidade social, convivendo com entidades regidas por mandando e políticas específicas trabalhando em ambiente de restrições às mais básicas necessidades humanas tornou esse balanço conceitual um problema realmente complexo.

A solução adveio do entendimento conjunto de que todos os atores envolvidos deveriam, dentro da função precípua da assistência à população civil, trabalhar no limite de suas atribuições para a busca de soluções consensuais.

Exemplificando, deslocamentos de viaturas militares para escoltar ambulâncias de organizações humanitárias quando da necessidade de atendimentos de saúde noturnos a pessoas abrigadas em campos de deslocados. Uma solução simples, mas consensualmente construída, uma vez que os militares que permanecem no campo de deslocados vinte e quatro

horas são vedados de atender à população alojada no campo. Por sua vez, as organizações humanitárias estavam impedidas de realizar deslocamentos noturnos pelas restrições de segurança impostas pelos conflitos armados.

Simplicidade conceitual que demandou outra solução igualmente simplória, mas altamente efetiva: o estabelecimento de canais de comunicação direto entre a força militar e as organizações humanitárias. Obviamente, as agências da ONU coordenadoras dos esforços humanitários também eram envolvidas na comunicação, mas a ligação direta com a força militar assegurava agilidade em caso de ameaças às bases humanitárias.

O conhecimento em tempo real de ameaças a algumas bases humanitárias gerou outra lição aprendida no sentido de, quando da iminência da eclosão de conflitos, desdobrar tropas o mais rapidamente possível para locais que se configuravam como atrativos para os grupos armados, como hospitais e depósitos de mantimentos por exemplo. Ao assegurarmos a proteção do local com força militar, era emitida ordem para concentrar todo pessoal humanitário das adjacências na instalação protegida, propiciando maior segurança, mesmo com um confronto armado em desenvolvimento.

Passamos também a organizar atividades assistenciais conjuntas, como distribuição de alimentos e "comboios humanitários", todas protegidas por força militar para evitar ataques ou quaisquer intercorrências realizadas por grupos armados. Outras medidas congêneres foram adotadas, em grande maioria colimadas com a necessária unificação de esforços e



Figura 4 - Distribuição de alimentos em campo de deslocados internos
Fonte: fotografia do autor

pautadas na flexibilidade para ajustes em planejamentos e ações institucionais isoladas para vencer adversidades impostas pelas situações de crise.

Deve-se destacar, porém, que a proteção militar às atividades humanitárias apenas era efetivada em situações excepcionais ou durante os picos das crises de segurança, oportunidades nas quais os atores humanitários corriam alto nível de risco pela possibilidade iminente de serem atacados ou de serem envolvidos em confrontos armados. Findas tais situações ou ao serem identificados os menores indicadores de melhora na situação de segurança, os próprios atores humanitários solicitavam o afastamento das tropas da MINUSCA de suas atividades, uma vez que esta aproximação afetava o “espaço humanitário”.

CONCLUSÃO

Prover a proteção ao “espaço humanitário” no decorrer dos conflitos armados voláteis e pulverizados comumente verificados na porção centro-leste do território da RCA revelou-se uma tarefa complexa.

As rotinas ordinárias de segurança para a preservação do espaço humanitário não foram suficientes para evitar ações hostis de grupos armados contra agentes e instalações humanitárias.

Em decorrência, foi necessária a busca de soluções consensuais para a adoção de medidas como a intensificação das reuniões de coordenação civil-militar, a realização de planejamentos conjuntos, o estabelecimento de comunicação direta entre a força militar e as organizações humanitárias, a organização de forças militares para desdobramento rápido em instalações humanitárias e a realização de atividades assistenciais conjuntas, entre outras ações.

Medidas extremas de flexibilização de pressupostos doutrinários militares e de políticas de atuação de organizações humanitárias, adotadas em decorrência de situações extraordinárias de alto risco, que não devem se constituir em regra mas que asseguraram a proteção de milhares de vidas humanas e de organizações humanitárias presentes em uma das regiões mais complexas do globo.

REFERÊNCIAS

DOMÍNIO PÚBLICO, 2020. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em: 10 set. 2019.

UNITED NATIONS. Geospatial. Disponível: <https://www.un.org/Depts/Cartographic/map/dpko/MINUSCA.pdf> Acesso em: 21 abr. 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. Library. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ct.html>. Acesso em: 14 maio 2020 19:03h.